

Renan diz que indicação foi um erro e poderá desfazê-lo

Líder admite que escolha souu como provocação, mas alega que não podia negar pedido de senador

BRASÍLIA – O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), admitiu ontem que a nomeação de Jader Barbalho (PA) para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – criando suspeitas de que ele poderia votar na avaliação de seu próprio recurso – foi um erro. “Se houver margem para manobras, desfaco tudo. Não haverá mais nomeação nenhuma”, disse.

Renan afirmou que dois motivos o levaram a indicar Jader na segunda-feira: o pedido feito pelo ex-presidente da Casa e a necessidade de preencher a vaga de um senador do PMDB – após a substituição do suplente Pedro Ubirajara por Ramez Tebet (MS), que deixou o Ministério da Integração Nacional para ser presidente do Senado.

Ao avaliar sua atitude, Renan reconheceu que a iniciativa souu como provocação à opinião pública, mas disse que não tinha como negar o pedi-

do. Ainda assim, deu entender que está perdendo a paciência, porque as solicitações de Jader são muitas e quase sempre o deixam em má situação. Renan acrescentou que, se a nomeação tiver o objetivo de prorrogar o curso do processo, recuará. “Não vou pagar esse preço”, assegurou.

Segundo o líder, o PMDB demonstrou coerência nesse episódio. Situação semelhante foi enfrentada no ano passado pelo próprio Jader, na época líder e presidente da legenda, quando o então senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi processado por quebra de decoro.

Jader resistiu bem no início do processo, mas no meio da crise – tal como está ocorrendo agora com Renan – confidenciava que não via o momento de ficar livre daquela situação. O desfecho ocorreu em junho, quando os senadores cassaram o mandato de Estevão.

Hoje, Jader enfrentará dificuldade se tentar votar na ses-

são da CCJ o recurso em que pde mais prazo para se defender das acusações relacionadas pela comissão de inquérito do Conselho de Ética. O artigo 306 do regimento interno do Senado proíbe o parlamentar de votar a favor de si mesmo, quando é autor da proposta ou se há interesse particular seu no assunto examinado.

Arruda – Existe, ainda, decisão recente de Tebet como presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que impediou o ex-senador José Roberto Arruda (sem partido-DF)

de participar da votação de sessão que decidiria o seu destino político. Arruda pertencia ao conselho, que examinava um pedido para processá-lo por quebra de decoro.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), suplente de Arruda, foi o autor do recurso para impedir o senador de Brasília de participar da votação. A decisão de Tebet na época poderá servir de base para que o presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), decida hoje alguma questão de ordem, se alguém levantar uma suspeita sobre Jader.